



LIDO NA SESSÃO DO DIA

23 AGO 2016

1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

DEPARTº DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

703/16

APROVADO (A)
VAI AO EXPEDIENTE

Em 23/08/2016

1º Secretário

AUTOR: FRENTE PARLAMENTAR PERMANENTE
DESTINADA A VIABILIZAR SOLUÇÕES AOS
DESABRIGADOS DAS ENCHENTES DO RIO MADEIRA

Requer à Mesa Diretora, a realização de Audiência Pública no dia 31/08/16, às 15 horas, para discutir sobre o PLC nº 102/16, de autoria do Poder Executivo.

A Frente Parlamentar Permanente destinada a viabilizar soluções aos desabrigados das enchentes do Rio Madeira, por seu Presidente, requer à Mesa Diretora, a realização de Audiência Pública no dia 31/08/16, às 15 horas, para discutir sobre o PLC nº 102/16, que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011, que 'Dispõe sobre a exclusão de áreas da Estação Ecológica Estadual Serra Três Irmãos, da Área de Proteção Ambiental Rio Madeira, da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável do Rio Vermelho - C e da Reserva Extrativista Jacy-Paraná e destina tais áreas para formação do lago artificial da barragem da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio".

Plenário das Deliberações, 19 de agosto de 2016.

Deputado JESUÍNO BOABAID
Presidente da Frente Parlamentar

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados,



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

DEPART° DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

AUTOR: FRENTE PARLAMENTAR PERMANENTE
DESTINADA A VIABILIZAR SOLUÇÕES AOS
DESABRIGADOS DAS ENCHENTES DO RIO MADEIRA

É do conhecimento de todos, os problemas que resultaram quando da construção das Usinas Hidrelétricas em nosso Estado. Tanto é assim, que foi criada esta Frente Parlamentar, para buscar junto aos demais poderes e órgãos do Estado, solução para as consequências drásticas das inúmeras famílias atingidas por todos os problemas resultantes da grande enchente do Rio Madeira no ano de 2013, que ainda não foram descartadas como sendo em razão das usinas citadas.

A iniciativa do nosso Requerimento se deve em razão da população envolvida na área, majoritariamente carente em todos os sentidos, sendo a parte mais frágil dessa cadeia econômica. Este é o momento de se discutir e de se procurar garantir os direitos dessa população que fatalmente será afetada, de modo a não aumentarmos o contingente da população dos atingidos por barragens.

Mais uma vez estamos lutando para trazer soluções que tragam segurança aos habitantes do nosso Estado que estão contando com o nosso trabalho em defesa de seus interesses, e para isso contamos com o apoio e o voto dos nobres Pares para a aprovação de nosso Requerimento.